

Educação Especial – desafios em busca da inclusão

Yara Xangô Espíndola*

Resumo: O objetivo do presente artigo é discutir algumas das principais questões relacionadas à Educação Especial, seus princípios e modalidades. Analisando alguns desafios sob a perspectiva de especialistas na área, juntamente com a contribuição da Declaração de Salamanca, verifica-se as inúmeras controvérsias existentes. O artigo focaliza as controvérsias entre dois princípios: integração e inclusão. Estes princípios, muitas vezes considerados sinônimos, revelam-se como sendo duas vertentes na Educação Especial. Conclui-se que, apesar da preferência pela educação inclusiva e sua realização em classes regulares, a realidade tende a favorecer o ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas ou classes especiais. Esta incoerência entre teoria e prática ocorre devido à falta de recursos e suporte pedagógico para a implementação e desenvolvimento da educação inclusiva de forma efetiva em classes regulares.

Palavras-chave: Educação Especial, integração, inclusão.

Special Education – Challenges in the quest for inclusion

Abstract: The aim of this article is to discuss some of the main issues related to special education, its principles and modalities. Analyzing some challenges and difficulties from the perspective of experts in the area, together with the contribution of The Salamanca Statement, there are innumerable controversies. The article focuses on the controversies between two principles: integration and inclusion. These principles, which are often regarded as synonyms, reveal themselves as being two sources in Special Education. Concluded that, despite the preference for inclusive education and its implementation in regular classrooms, the reality tends to favor the admission of pupils with special educational needs in special schools or classrooms. This inconsistency between theory and practice is due to lack of resources and educational support for the development and implementation of inclusive education effectively in regular classrooms.

Key-words: Special Education, integration, inclusion.

1. Introdução

A Educação Especial no Brasil tem sido vista como um desafio para a nova geração de profissionais da educação, assim como para os profissionais que já atuam na área, que pretendem tornar a inclusão algo efetivo e com bons resultados. Apesar disso, no atual contexto educacional, predomina a falta de informação sobre as principais



* Graduada em Letras – Língua Inglesa e Literaturas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

dificuldades dos alunos com necessidades educacionais especiais, a ausência de suporte pedagógico apropriado para acolhê-los adequadamente, além da precária adaptação do espaço físico. O princípio de “inclusão” encontrado em diversas instituições de ensino brasileiras ainda é considerado deficitário, difuso e muitas vezes incoerente com a proposta adequada.

Visando esclarecer alguns aspectos relevantes da Educação Especial, este artigo pretende abordar os princípios fundamentais da Educação Especial, assim como algumas modalidades de atendimento e possíveis medidas para que a implementação da mesma possa ser alcançada.

2. Princípios (e controvérsias) da educação especial

A necessidade de tornar a escola mais inclusiva, acessível para todos tem gerado diversas discussões tanto no meio pedagógico quanto no jurídico. Apesar disso, ainda existe um distanciamento entre a teoria proposta e a prática adotada nas escolas públicas brasileiras. Ao mesmo tempo em que existe um preconceito mascarado, também é possível verificar diversos profissionais dedicados a melhorar a situação da Educação Especial no Brasil, começando pelo termo utilizado para identificar os alunos com necessidades especiais, muitas vezes adotado de forma errônea. Segundo Mazzotta (1996), é necessário enfatizar que as expressões “deficientes” e “portadores de necessidades especiais” são consideradas inadequadas:

A expressão apropriada para o alunado da educação especial, numa abordagem “dinâmica” seria “educandos com necessidades educacionais especiais”. Em primeiro lugar porque não se entende como uma pessoa portar necessidades, trazer consigo ou em si, mas entende-se que possa apresentar ou manifestar necessidades especiais em determinadas situações [...] (MAZZOTA, 1996, p.118).

Um dos principais questionamentos a respeito da Educação Especial é de que forma ocorre a ação pedagógica. De acordo com a Secretaria de Educação Especial (SEESP), a ação pedagógica deve ser norteadas por princípios específicos: normalização, integração e individualização. Teoricamente, esses princípios, dentre outros, devem estar interligados durante o processo de inclusão. A idéia de normalização é vista como base filosófico-ideológica da integração e consiste em:

[...] oferecer aos portadores de necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais a que outras têm acesso [...] respeitando-se as características pessoais, normalização significa aceitar a maneira desses indivíduos viverem, com direitos e deveres (MEC/SEESP, 1994, p.16).

Ao contrário da descrição sobre normalização proposta pela SEESP, Mrech (2001, p.5) considera que este princípio trata da “colocação seletiva do indivíduo portador de necessidade especial na classe comum. Neste caso, o professor de classe comum não recebe um suporte do professor da área de educação especial”. Mrech também enfatiza que na normalização estudantes precisam demonstrar que são capazes de permanecer na classe comum. Analisando por essa perspectiva, nota-se que é preciso ir além da normalização para que haja inclusão. Caso contrário, o termo servirá apenas para definir um ato de inclusão física, sem amparo pedagógico algum.

De acordo com a SEESP, o princípio da integração refere-se à igualdade entre os indivíduos e a participação ativa dos educandos com necessidades educacionais especiais. Neste aspecto encontra-se a grande polêmica: Até que ponto a integração

gera ou proporciona a inclusão? Conforme afirma Arnaiz (2005), o conceito de integração apresenta variações que torna possível um questionamento sobre a forma como é adotado nas escolas, muitas vezes considerada segregativa, tendo em vista a consolidação de classes especiais ou assistência aos alunos com necessidades educacionais especiais com ingresso na classe regular de forma seletiva:

Na integração, para que um aluno com necessidades educacionais especiais pudesse estar numa classe regular, era necessário que apresentasse dificuldades médias ou comuns. Na inclusão, todos os alunos são membros de direito da classe regular, sejam quais forem suas características pessoais (ARNAIZ, 2005, p.14).

Com relação às definições de integração, Arnaiz (2005, pp.14,15) enfatiza a falta de informação sobre a educação oferecida aos alunos integrados, mas não necessariamente inclusos: “Constatou-se que um aluno podia estar integrado e passar bastante tempo isolado na sala de apoio, ou estar na sala regular, porém sem interagir com seus companheiros”. De forma objetiva, Arnaiz aponta as principais diferenças entre integração e inclusão. Enquanto a integração envolve competição e seleção, a inclusão enfatiza os princípios de cooperação, solidariedade, além do respeito às diferenças. Ao contrário da integração, que valoriza a individualidade e abre espaço para o preconceito, a inclusão leva em consideração a comunidade e valorização das diferenças.

3. Modalidades de atendimento

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Secretaria de Educação Especial (SEESP), existem dois grupos principais de modalidades de atendimento, sendo um grupo mais favorável à integração dos educandos com necessidades educacionais especiais e o outro mais segregativo. Entre as modalidades que favorecem a integração estão as classes comuns com serviços de apoio especializado, sala de recursos e classe especial nas escolas, ensino itinerante e sala de estimulação essencial. Ainda de acordo com a SEESP, as modalidades mais segregativas incluem as escolas especiais, oficinas pedagógicas, classes hospitalares, atendimento domiciliar e centros integrados. Conforme a discussão sobre integração vista anteriormente, fica claro que a própria SEESP ignora que algumas modalidades apontadas como “favorecedoras da integração” não permitem que a inclusão aconteça e, por sua vez, reforçam a idéia de segregação.

Em junho de 1994, na Espanha, uma Assembléia Geral discutiu a Educação Especial, visando estabelecer *Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências*, sendo que, desta assembléia, resultou a Declaração de Salamanca, que aborda os Princípios, Política e Prática em Educação Especial que é reconhecida mundialmente como um documento importante para o debate sobre a inclusão. Com relação às modalidades de atendimento, a Declaração de Salamanca, em suas *Orientações para ações em níveis regionais e internacionais*, posiciona-se favoravelmente aos princípios de educação inclusiva em classes regulares, apontando seus benefícios sociais:

Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infreqüentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança

ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5).

A relação construída entre as crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas realmente auxilia de forma positiva para o desenvolvimento de ambos, pois incentivam a colaboração, a cooperação e a solidariedade, atitudes fundamentais para a uma vida harmoniosa em sociedade. Desta forma, a inclusão pode se estender da escola para a comunidade.

4. Medidas para implementação da educação inclusiva

A questão mais crítica com relação à educação inclusiva é a dificuldade encontrada para implementá-la de forma satisfatória nas redes de ensino. Segundo Glat e Pletsch (2004), a raiz do problema está no currículo adotado pelas escolas. Sendo assim, para que as condições necessárias para o progresso e desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais sejam supridas pela classe regular, é preciso uma nova concepção curricular que considere a diversidade.

Segundo Mendes (2003, p.33) a “inclusão não é algo para ser feito para uma pessoa, mas sim um princípio que fornece critérios através dos quais os serviços devem ser planejados e avaliados”. O processo de inclusão depende de investimentos nas instituições de ensino de forma que as mesmas estejam adaptadas fisicamente para acolher todos os alunos. Já é possível observar alguns exemplos de adaptação do ambiente físico, como, por exemplo, rampas de acesso, corrimão nos banheiros, superfícies não escorregadias, entre outras. Essas modificações facilitam o acesso dos alunos e proporcionam um ambiente mais agradável. Além disso, o suporte e a capacitação de professores e profissionais especializados em Educação Especial tornam-se indispensáveis, aspectos condicionais para que este processo de inclusão se torne efetivo. Tais melhorias estão descritas na Declaração de Salamanca nos *Fatores relativos à escola*:

Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extra-curriculares (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.8).

Essas mudanças apontadas pela Declaração de Salamanca dependem do envolvimento de todos os setores da escola. Nesse caso, a elaboração de um currículo flexível é fundamental para que as melhorias aconteçam. Ou seja, um currículo elaborado para proporcionar uma educação de qualidade para educandos com necessidades especiais, possibilitando o seu desenvolvimento e participação em atividades diversas.

5. Considerações finais

O que se tem por certo é que os princípios relacionados à Educação Especial ainda apresentam contradições que impedem o avanço da inclusão. A falta de relação entre a teoria sugerida como ideal e a realidade ineficiente praticada na rede regular de ensino, refletem este grande desafio. Além disso, é preciso ultrapassar outras barreiras que envolvem a sociedade numa teia: o preconceito e a discriminação, resultado da falta de informação e solidariedade com os seres humanos que nela estão inseridos. Até que ponto a dita normalidade pode ser utilizada como pedestal para que indivíduos tidos como “normais” ignorem aqueles que necessitam de apoio para serem aceitos e tratados com o devido respeito que merecem? Se esta sociedade visa o progresso e a igualdade,

seus membros devem fazer o possível para que estes ideais aconteçam, proporcionando aos que necessitam de uma educação especial um ensino de qualidade que os auxilie a ir além, superar seus limites e conquistar novos espaços neste país dito “para todos”. Como conclusão deste debate, vale ressaltar a seguinte passagem da Declaração de Salamanca, uma verdadeira reflexão sobre o ideal de igualdade:

O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.4).

Referências

- ARNAIZ, Sánchez, Pilar. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v.1, n.1, pp. 7-18, out. 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2009.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Expansão e Melhoria da Educação Especial nos Municípios Brasileiros** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O Papel da Universidade Frente às Políticas Públicas para Educação Inclusiva. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ed.29, dez. 2004. Disponível em <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevDez2004_Artigo1.rtf>. Acesso em: 20 julho 2009.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. **Concepções atuais sobre Educação Inclusiva e suas implicações políticas e pedagógicas**. In: MAQUERZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A; & TANAKA, D. O. (Orgs.): Educação Especial: políticas e concepções sobre deficiência. Londrina: EDUEL, p. 25-41, 2003.
- MRECH, Leny Magalhães. **O que é Educação Inclusiva?** São Paulo, 2001. Disponível em <<http://images.jbarbo00.multiply.com/attachment/0/SBXLjwoKCBkAABYp-KM1/Leny%20Mrech%20-%20Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%20inclusiva%20%5Bdoc-usp%5D.pdf?nmid=93388117>>. Acesso em: 10 maio 2009.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípio política e prática em educação especial**. 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2009.